

A capital incompleta

ALDO PAVIANI

Geógrafo e pesquisador associado da UnB

Referir que cidades são incompletas é redundante. O urbano está sempre em construção. A completude (relativa) de um centro urbano se dá ao longo de séculos; mesmo assim há adaptações nos planos viário, habitacional, oferta de serviços, construção sócio-espacial, etc. Para os administradores urbanos, há obras a executar. Os gestores procuram novas tecnologias que reduzam custos na implantação de infra-estruturas. Ademais, devem dar manutenção às infra-estruturas existentes: hospitais, escolas, áreas de lazer, praças, corporações de segurança, militares e civis. Em alguns países, a adoção de políticas públicas de médio e longo prazo leva em conta moradias novas e a geração de empregos nos núcleos que se expandem e avançam sobre áreas rurais contíguas, em direção às quais estendem as infra-estruturas.

No caso de Brasília, quase meio século de existência sinaliza para incompletudes evidentes em inúmeros setores da vida e do ambiente sócio-espacial, sobretudo nos núcleos satélites, externos ao Plano Piloto. Este, abrigando órgãos federais e do Distrito Federal, está bem equipado, é centro de Primeiro Mundo. Todavia, em algumas cidades há lacunas de porte na oferta de postos de trabalho, nos setores habitacional, educacional, de saúde pública, transportes e entretenimento.

No que toca às infra-estruturas urbanas, cada administração do DF facilita a circulação da enorme frota de automóveis, amplia vias públicas, implanta viadutos e estende a rede do trem suburbano (metrô), sem equationar o precário transporte público. Com isso, a capital é um vir a ser, embora esteja quase completa no abastecimento de água potável, captação de esgoto e de águas pluviais. A rede de eletricidade residencial e pública cobre quase a totalidade do território, estando no topo em relação às metrópoles nacionais.

Todavia, para os núcleos novos, ainda carentes dessas facilidades, não há previsão para a captação de esgoto e águas da chuva. Quanto às vias públicas, erguem-se passarelas, demarcam-se faixas de travessia de pedestres e facilita-se o trânsito com trevos (tsourinhas) e viadutos. Empreitadas efetivam-se com obras pontuais, sem planos superiores ao período governamental, operando com incrementalismo, por vezes clientelista, pois atende às demandas de grupos mais ativos e organizados. Há escolas e hospitais deteriorados pelos anos de uso, que necessitam reformas estruturais e de equipamentos, além da ampliação do quadro de professores e de médicos e técnicos. Contratam-se professores temporários para atender à demanda de escolas públicas. Nesse aspecto, tanto a educação quanto a saúde clamam por planos diretores de longo prazo.

Outros setores requerem projetos de longo prazo — políticas habitacionais e geração de postos de trabalho nas cidades, ambas andam juntas. A construção de imóveis no DF serviu para ocupar dezenas de milhares de trabalhadores. Em fevereiro de 2008, segundo a Pesquisa Emprego Desemprego (PED-DF-GDF/Dieese), havia 49 mil empregados na construção civil, que representa 4,5% do total empregado (1.089.000). A construção civil é insignificante se comparada com o setor

de serviços — 532 mil empregados; comércio, 181 mil; e administração pública, 176 mil, respectivamente, 48,8%, 16,6% e 16,1%.

O Dieese (PED/DF) pesquisa o desemprego da capital há muitos anos. Em fevereiro de 1998, encontrou 165 mil desempregados ou 19,5% da população economicamente ativa (PEA) de 848.100 pessoas. Em fevereiro de 2004, os desempregados eram 260.300, ou 22,5% da PEA, de 1.156.900 ativos. Em fevereiro último, a capital apresentou desemprego de 232,5 mil pessoas, ou 17,6% da PEA, de 1,321 milhão pessoas. Nessa estatística não está incluída a população da área metropolitana externa ao DF, onde há reduzida geração de postos de trabalho.

Assim, Brasília é metrópole incompleta nesses aspectos. Não desenvolveu um parque industrial e tem área de influência regional restrita ao Centro-Oeste. Enquanto não se mudar o perfil de oportunidades de trabalho, a cidade mostrará dado bastante negligenciado na análise da urbanização de toda a área metropolitana, a não inclusão da periferia goiana (Entorno).

Ao lado da construção física da capital, indica-se que seja completada sob a ótica da distribuição igualitária de bens, serviços e oportunidades de trabalho. Se a cidade é socialmente construída, pode ser socialmente apropriada, democratizando-se o uso do território, bens e serviços.

